

COMARCA VISCONDE DO RIO BRANCO
15:19 DISTRIBUIÇÃO 19/04/2021

CÓPIA



PROCESSO: 0007806-91.2021.8.13.0720
PROCEDIMENTO INVESTIG MP
VALOR CAUSA: 0,00

DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
19/04/2021 AS 15:19:20
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CRIMINAL/EXEC.FISCAL
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Visconde do Rio Branco

JUIZ(A) TITULAR:
EXMA. SRA. DRA. JUIZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
DANIELE RODRIGUES MAROTA TEIXEIRA
VISCONDE DO RIO BRANCO/MG.

0007806-91.2021

Procedimento Investigatório Criminal nº 0720.17.000125-2

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

1- RELATÓRIO:

Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal instaurado para dar continuidade às apurações acerca de eventual organização criminosa existente no âmbito da Câmara Municipal de Guiricema no período de 213/2014, cuja atividade versava sobre supostas fraudes no pagamento de diárias pela Casa Legislativa respectiva.

Segundo consta, no dia 04/08/2015, o então Presidente da Câmara Municipal de Guiricema, Sr. Amauri Batista Marquezino, protocolou na 1ª PJ uma representação (fls. 02/07), dando conta de supostas irregularidades envolvendo o vereador José Adilson Braga Filho, relacionada ao exercício dos cargos de vereador e de assistente administrativo junto ao Poder Executivo Municipal.

Assim, foi instaurado o Inquérito Civil nº 0720.15.000204-9, que ensejou a instauração do presente PIC.

Cópia de depoimentos prestados na 1ª PJ às fls. 08/42 e 84/110.

Cópia da auditoria realizada na Casa Legislativa às fls. 43/74.

Despacho inaugural às fls. 111/112.

Termo de declarações de José Teixeira Rodrigues Júnior às fls. 120/121.

Termo de declarações de José Adilson Braga Filho às fls. 124/125.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Termo de declarações de Amauri Batista Marquezino às fls. 128/129.

Termo de declarações de Rafaela Alves de Souza às fls. 131/132.

Termo de declarações de Leandro Rodrigues às fls. 134/135.

Despacho encaminhando os autos para CEAT às fls. 141/142.

Juntada de documentos às fls. 143/1004-Vol. 06.

Parecer técnico da CEAT às fls. 1010/1021-Vol. 6, com juntada de documentos às fls. 1022/1030.

Despacho às fls. 1032 e 1044.

Ofício do Delegado de Polícia à fl. 1046 informando que foi instaurado o inquérito policial nº 6329933 para apurar os fatos noticiados.

Ofício da Câmara Municipal de Guiricema com cópias de todas as atas de reuniões realizadas no período de 2013 a 2014 (fls. 1047/1146).

Manifestação do Sr. José Adilson Braga Filho às fls. 1148/1158, com juntada de documentos às fls. 1159/1300 e mídia à fl. 1301-Vol. 07.

Manifestação do Sr. José Teixeira Rodrigues Júnior às fls. 1303/1311, com juntada de documentos às fls. 1312/1462- Vol. 08.

Manifestação do Sr. Mauro Florentino às fls. 1463/1470, com juntada de documentos às fls. 1471/1508.

Manifestação da Sra. Rafaela Alves de Souza às fls. 1509/1516, com juntada de documentos às fls. 1517/1586.

Manifestação do Sr. Leandro Rodrigues às fls. 1590/1597-Vol. 09, com juntada de documentos às fls. 1597/1684.

Manifestação do Sr. Gabriel Antônio Ruela às fls. 1685/1686.

Despacho à fl. 1687.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Manifestação do Sr. Rafael Magno de Moura às fls. 1688/1691, com juntada de documentos às fls. 1692/1709.

Certidão da oficiala do MP à fl. 1710.

Termo de declarações prestado por Edigar Getulio Antônio Braga às fls. 1716/1717.

Relatório dos autos às fls. 1719/1723, no qual o Promotor oficiante à época ressalva que *"o presente PIC e o inquérito civil nº 0720.15.000204-9 investigam os mesmos fatos e devem ser analisados conjuntamente, até porque podem ter documentações distintas em cada um"*.

Manifestação do Sr. José Adilson Braga Filho à fl. 1724.

Parecer Técnico-Contábil da CEAT às fls. 1730/1738- Vol. 9, com anexos às fls. 1739/1742.

Despacho à fl. 1743.

Manifestação do Sr. Marcos Antônio Ribeiro Ferraz à fl. 1755, com juntada de documentos às fls. 1756/1773- Vol. 10.

Manifestação da Sra. Rafaela Alves de Souza às fls. 1774/1755, com juntada de documentos às fls. 1776/1784.

Manifestação do Sr. Leandro Rodrigues às fls. 1785/1790, com juntada de documentos às fls. 1791/1802.

Manifestação do Sr. Mauro Florentino às fls. 1803/1805.

Manifestação do Sr. José Teixeira Rodrigues Júnior às fls. 1806/1809, com juntada de documentos às fls. 1810/1835.

Manifestação do Sr. José Adilson Braga Filho às fls. 1836/1843, com juntada de documentos às fls. 1844/1936.

Despacho à fl. 1940.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Parecer Técnico-Contábil da CEAT às fls. 1945/1963.

Cópias de documentos do Inquérito Civil nº 0720.15.000204-9: parecer às fls. 1988/1992; TAC assinado com a Sra. Rafaela Alves de Souza às fls. 1995/1999.; TAC assinado com o Sr. Leandro Rodrigues às fls. 200/2004; TAC assinado com o Sr. Mauro Florentino às fls. 2005/2009.

É o relato do essencial.

2- DO DIREITO:

Como alhures apontado, trata-se de Procedimento Investigatório Criminal instaurado para dar continuidade às apurações acerca de eventual organização criminosa existente no âmbito da Câmara Municipal de Guiricema no período de 213/2014, cuja atividade versava sobre supostas fraudes no pagamento de diárias pela Casa Legislativa respectiva.

Ao longo do procedimento, foram analisadas minuciosamente, em tese, TODAS as diárias usufruídas pelos agentes políticos da Câmara Municipal de Guiricema, tendo a CEAT analisado a documentação juntada aos autos por três vezes.

Constatou-se que **não há provas nos autos da existência de uma organização criminosa no âmbito da Casa Legislativa de Guiricema para fraudar supostos pagamentos de diárias no período de 2013 a 2014**. As supostas irregularidades apontadas pela CEAT nas diárias de viagens neste período foram devidamente comprovadas.

Com efeito, no período investigado (os anos de 2013 e 2014), vigia na Câmara Municipal de Guiricema a **Resolução nº 05/2001**, que regulamentava o valor da diária e a exigência de relatório de viagem, não sendo necessário a apresentação de comprovantes de viagem.

Mesmo diante da Resolução mencionada, a CEAT reafirmou seu posicionamento no sentido de que, além da apresentação dos relatórios de prestação de contas, é



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

imprescindível, a apresentação dos comprovantes da efetiva realização das viagens, ou seja, bilhetes de passagens aéreas/rodoviárias, controle de quilometragem e outros.

No entanto, verifica-se que o diploma legal trazido a exame reveste-se de caráter normativo, ou seja, é uma instrução de caráter geral para que todos os interessados/envolvidos procedam de forma padronizada. E mais! A constitucionalidade da referida norma nunca foi questionada, tendo essa plena validade jurídica.

Logo, sendo constatado que alguns vereadores do Município de Guiricema, legislatura 2013/2016, cumpriram a Resolução nº 05/2011, vigente à época, o Ministério Público não pode considerar irregular a ausência de documentação não exigida nessa, sob risco de estar ferindo o princípio da separação de poderes.

2.1- Da diária irregular e da ausência de descontos dos dias faltosos dos servidores municipais:

Após análise da documentação presente nos autos por três vezes, a CEAT concluiu que houve irregularidades em uma diária, bem como alguns servidores municipais não tiveram seus dias de serviço descontados pelo Município de Guiricema ao realizarem viagens para tratarem de assuntos da Casa Legislativa. Vejamos:

☐ José Teixeira Rodrigues Júnior:

Consta no parecer técnico da CEAT à s fls. 1951/1952:

"Apontou a perícia anterior (fl. 1733), que o vereador José Teixeira Rodrigues Júnior gozou de diária de viagem no domingo dia 27/01/13, conforme demonstrado na planilha a seguir:

(...)

O Vereador José Teixeira Rodrigues Júnior, alega na sua manifestação que o evento "Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas" ocorreu entre os dias 28 a 30/01/2013, cujo início da programação se deu em 28/01/2013 às 8:30h, conforme documento de fls. 1811/1813.

Diante disso, sustenta o investigado que necessitou de se deslocar do Município de Guiricema no domingo, dia 27/01/2013, para conseguir participar da programação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

No relatório de viagem (fls. 1817/1818) consta que o horário de saída do Município de Guiricema foi às 12 horas do dia 27/01/2013 e retorno no dia 31/01/2013 às 15 horas. O meio de locomoção utilizado foi veículo particular e transporte aéreo para as localidades Belo Horizonte e Brasília.

No entanto, os documentos juntados pelo investigado não são capazes de comprovar a necessidade do deslocamento ter iniciado às 12 horas do dia 27/01/2013 (domingo), que justificasse o recebimento da diária na referida data. É que, a programação do evento juntado nas fls. 1811 a 1913, por si só não comprova que o Vereador participou do evento.

Com efeito, cumpre ressaltar que pela manifestação e documentos juntados aos autos pelo investigado José Teixeira Rodrigues Júnior, fls. 1806 a 1835, não foram suficientes para sanar a irregularidade apontada na fls. 1723 pela perícia contábil. Assim permanece a ilegalidade quanto ao recebimento de diária de viagem no domingo, dia 27/01/2013, no valor de 100,00”.

Devidamente oficiado, o investigado prestou os seguintes esclarecimentos às fls.1806/1809, oportunidade em que afirmou que entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2013 participou do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, na companhia do Prefeito Municipal à época, e, como a programação começava no dia 28//01, segunda-feira, às 08:30 horas, teve que sair de Guiricema no dia 27/01, domingo. No entanto, apesar do representado ter se ausentado do Município de Guiricema por 05 (cinco) dias, o mesmo recebeu diária referente apenas 04 (quatro) dias. O dia de domingo, verificado pela CEAT como irregular, não foi indenizado.

Analisando o conjunto probatório, verifica-se que assiste razão ao investigado. À fl. 1814 consta a nota de empenho relativa ao pagamento de 4 diárias usufruídas pelo investigado, entre os dias 27 a 31 de janeiro de 2013, conforme relatório de viagem de fls. 1817/1818. Apesar de constar a data mencionada, que corresponde a 5 dias (27, 28, 29, 30 e 31/01/2013), foram pagas apenas 4 diárias, não havendo que se questionar o dia 27/01/2013.

Ademais, as diárias recebidas no período mencionado, respeitaram a Resolução nº05/2001, conforme afirmado pela CEAT à fl. 1950.

Logo, entendo que a possível irregularidade apontada foi devidamente sanada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

☐ Leandro Rodrigues:

Segundo o parecer técnico da CEAT (fls. 1957/1958), o servidor Leandro Rodrigues *"reconhece na manifestação de fls. 1785 a 1790 que de fato não houve o devido desconto em sua remuneração das faltas, por ocasião de viagens na condição de vereador"*.

Assim, como a irregularidade apontada no parecer da CEAT de fls. 1730/1738 não foi sanada, conclui-se que o servidor público municipal Leandro Rodrigues, ao realizar viagens para tratar de assuntos da Casa Legislativa, não teve os dias de serviço descontados pelo Município de Guiricema, sendo o valor de R\$528,12 pago indevidamente.

☐ Mauro Florentino:

Situação semelhante envolve o vereador Mauro Florentino. A CEAT concluiu que o investigado não comprovou documentalmente as alegações de que os dias faltosos no serviço municipal foram compensados por horas-extras.

Assim, o prejuízo causado ao erário municipal foi no valor de R\$80,74.

☐ Marcos Antônio Ribeiro Ferraz:

Segundo o parecer técnico da CEAT (fls.1956/1957), o servidor Marcos faltou um dia ao serviço no mês de agosto /2013 e *"não restou comprovado o seu desconto na remuneração do servidor"* junto à Prefeitura de Guiricema.

No entanto, no parecer da CEAT exarado no inquérito civil nº 0720.15.000204-9, que investiga os mesmos fatos e que, teoricamente, teria que ser analisado conjuntamente com o presente PIC, não foi verificada irregularidades nos valores pagos ao outrora vereador Marcos Antônio Ribeiro Ferraz.

Para melhor análise da situação, seria interessante a juntada neste feito do último parecer da CEAT exarado no inquérito civil mencionado, mas isso não é possível no momento, já que esse foi remetido ao Conselho Superior. Contudo, consta às fls. 1988/1992 a análise do inquérito civil após o parecer da CEAT, oportunidade em que o *Parquet* ofereceu Termo de Ajustamento de Conduta para ressarcimento de possíveis danos causados ao erário.

711



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2- Da ausência de dolo:

Dispõe o art. 312 do Código Penal:

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa".

O peculato é o delito que mais demonstra a infidelidade para com a Administração, atingindo-a diretamente. Isso porque o funcionário público, aproveitando-se de sua posição "privilegiada", atua de forma contrária à sua função, pois, tendo a posse da coisa móvel, intenciona obter proveito para si ou para outrem, violando o Estado sob o aspecto moral e patrimonial.

Assim, o direito penal quer assegurar a normalidade do desempenho funcional das pessoas que integram a Administração, cujo escopo é fazer com que os fins que lhes são próprios sejam corretamente concretizados, notadamente os que alcançam o bem comum, além de garantir que os bens móveis (públicos ou particulares) não sejam deslocados dos seus destinos.

O escopo é punir, decerto, a disfunção pública. Afasta-se o interesse particular; sobreleva-se o interesse coletivo.

No presente caso, não houve fraude no recebimento de diárias, mas **recebimento irregular de alguns dias não trabalhados pelos vereadores/servidores no Município de Guiricema**. Ou seja, os servidores Leandro Rodrigues e Mauro Florentino faltaram ao serviço público devido a viagem em prol da Câmara Municipal de Guiricema e não houve descontos das faltas nas respectivas remunerações.

No entanto, **não ficou caracterizado terem os investigados procedido com DOLO, elemento subjetivo necessário para tipificar o delito previsto no art. 312, caput do Código Penal.**

O ilustre Professor Damásio E. de Jesus, em sua obra "Direito Penal", 4v., 1994, pág. 109, disserta acerca do elemento subjetivo em questão:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

"É o dolo, vontade livre e consciente de caracterizar os elementos objetivos do tipo. Exige-se o animus rem sibi habendi, i. é., a intenção definitiva de não restituir o objeto material e de obter um proveito, próprio ou de terceiro, de natureza moral ou patrimonial. Assim, além do dolo, o tipo requer um fim especial de agir, o elemento subjetivo contido na expressão "em proveito próprio ou alheio". Este elemento é exigido nas duas modalidades (peculato-apropriação e peculato-desvio))."

Nesse sentido é o entendimento dos Tribunais:

"Indispensável para a integração do delito definido no art. 312 do CP é o dolo do agente. Segundo o entendimento dominante na doutrina, o dolo é genérico no peculato por apropriação e específico no peculato por desvio". (TJSP - AC - Rel. Cunha Camargo - RT 412/99).

"A ausência do elemento subjetivo do peculato, o animus rem sibi habendi, afasta a configuração do delito." (TJSP - Rel. Acácio Rebouças - in RT 487/304)."

Os investigados não abusaram do cargo, emprego ou função pública.

Ademais, o dano, em tese, causado ao erário público constatado pela CEAT será devidamente **restituído aos cofres públicos no inquérito civil nº 0720.15.000204-9**, tendo em vista que Mauro Florentino e Leandro Rodrigues assinam com o Ministério Público Termo de Ajustamento de Conduta (fls. 2000/2009).

Portanto, diante de tudo o que consta dos autos, em especial a **ausência de dolo** no recebimento de dias faltosos no serviço público, não há como imputar, sob a ótica criminal, conduta delituosa prevista no artigo 312 do Código Penal aos vereadores/servidores do Município de Guiricema, não havendo, pois, justa causa para deflagração de Ação Penal.

3- CONCLUSÃO:

Pelo exposto, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais requer a V. Ex.^a que determine o **ARQUIVAMENTO** do presente feito, tendo em vista a ausência de provas quanto à alegada conduta criminosa prevista no artigo 312 do Código Penal, seguindo-se as cautelas de estilo até que surjam novas provas, a teor do art. 18 do CPP e da Súmula 524 do STF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Visconde do Rio Branco, 9 de abril de 2021

Mateus Beghini Fernandes

Promotor de Justiça